

Simpósio de Integração Acadêmica

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

SIA UFV Virtual 2020



Potencial da Certificação Fairtrade para Acesso a Políticas Públicas: análise a partir de cooperativas e associações

Universidade Federal de Viçosa

Ana Carolina Dias Pereira- ana.pereira5@ufv.br, DER-UFV

Layon Carlos Cezar- layon.cezar@ufv.br, DAD-UFV

Ciências Humanas e Sociais - Administração

Introdução

As associações e cooperativas representam formas de os pequenos agricultores se organizarem na busca de objetivos comuns. Articulados em tais empreendimentos, diversos produtores rurais têm buscado selos de certificação que garantam práticas sustentáveis de produção e o acesso a mercados nacionais e internacionais. Entre as inúmeras formas de certificação, o movimento do comércio justo instituído pelo selo Fairtrade representa uma alternativa para pequenos agricultores familiares. O desenvolvimento do Fairtrade no Brasil é voltado para o promoção de pequenos produtores que possuem desvantagem econômica e dependem de articulação do Estado ou órgãos de apoio para auxílio no processo de certificação (CEZAR; ROSA, 2020). Um dos instrumentos utilizados para que o produtor tenha acesso a políticas públicas como o PRONAF deve ser o preenchimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que são emitidas por órgãos de assistência técnica e extensão rural como a EMATER, ou no sindicato dos trabalhadores rurais para terem acesso aos benefícios que o programa oferecem para os produtores que se enquadram nos requisitos. No entanto, como evidenciado no estudo de caso por Troian e Breintenbach (2020) fatores como preço, documentação e tempo de divulgações dos editais, são as variáveis que afetam a participação dos agricultores na venda de alimentos pelo PNAE.

Objetivos

Analisar o potencial da certificação Fairtrade para o acesso de agricultores familiares a políticas públicas.

Material e Métodos

A pesquisa pode ser classificada como um estudo exploratório descritivo, conduzido por meio de dados secundários extraídos da base de dados da FLO-Cert e SEAD. Os dados foram analisados a partir de estatística descritiva.

Resultados e Discussão

Dos 57 empreendimentos certificados Fairtrade, 35,1% possuem DAP jurídica com potencial ao acesso às políticas públicas de crédito, alimentação escolar e aquisição de alimentos. Tais dados sinalizam que as organizações auxiliam na estruturação desses pequenos produtores para emissão da DAP e contribuem para a participação das políticas públicas como o acesso ao PRONAF, PNAE, PAA, PGPAF, entre outros benefícios. Como se sabe, um dos maiores gargalos na agricultura familiar para participação no PNAE é a dificuldade que os produtores enfrentam para emissão da DAP para que possam comercializar os produtos para as escolas. Realizou-se um agrupamento em 3 níveis para compreender o tamanho do quadro social das organizações e o percentual que possuem DAP. Os dados apontam que 75% das organizações possuem até 200 cooperados/associados. Como apontado na Tabela abaixo:

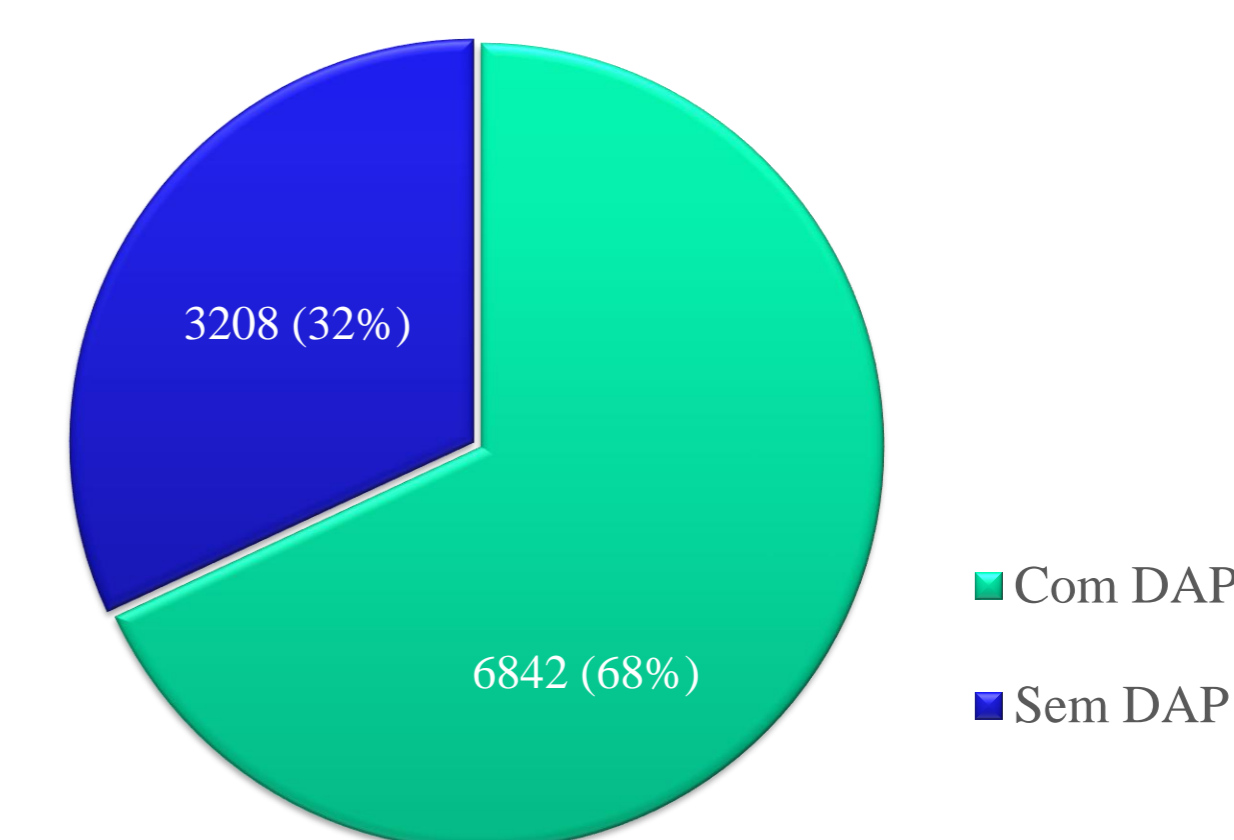
Tabela 1: Níveis de agrupamento do quadro social das organizações

Intervalo do nº de membros	Quantidade de organizações
1-200	18
201-700	4
>700	2

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Tal cenário indica que a estrutura desenvolvida por uma organização Fairtrade auxilia os agricultores familiares a se organizarem em termos de infraestrutura, gestão econômica, social e ambiental, para emissão de DAP e atendimento a diferentes mercados. No total essas organizações Fairtrade envolvem 10.050 agricultores familiares e a relação do percentual inserido em organizações com DAP Jurídica e sem, está disposto no Gráfico abaixo:

Gráfico 1: Percentual de agricultores familiares com e sem DAP Jurídica.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conclusões

Podemos concluir que as organizações Fairtrade podem ser um potencial para auxiliar os pequenos produtores a acessarem políticas públicas, uma vez que o conjunto de critérios demandados permite organizar as propriedades rurais, preparando-as para produção e entrega dos alimentos. Assim, a certificação Fairtrade pode ser um fator para organização do empreendimento e enfrentamento dos inúmeros problemas organizacionais que impedem os agricultores familiares de acessarem as políticas públicas que ampliarão suas opções de comercialização.

Bibliografia

CEZAR, L. C.; ROSA, A. R. Comércio Justo e Hibridismo Organizacional: refletindo sobre Design Organizacional das Cooperativas Certificadas pelo FAIRTRADE. In: 58º Congresso da SOBER, 2020, Foz do Iguaçu, **Anais do 58º Congresso da SOBER, 2020**.

TROIAN, A.; BREINTENBACH, R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em Santana do Livramento (RS): Desafios para a Adequação à Lei dos 30%. **Redes**, v. 25, n. 2, p. 570-589, 2020.

Apoio Financeiro



Agradecimentos

Agradecimento ao CNPq pelo apoio financeiro.